

RESOLUÇÃO Nº 07/2012

(Publicada no Diário Oficial de 28 e 29/04/12)

Alterada pela Resolução nº 92/2020.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à FLEX MAKER PRODUÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000, e considerando o que consta do processo SICM nº 1100110016474,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à FLEX MAKER PRODUÇÃO E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 10.889.989/0001-90 e IE nº 083.182.611ME, instalada no município de Camaçari, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de tecidos, laminados, polímeros e espumas, com prazo previsto de fruição dos benefícios para 15 (quinze) anos, contados a partir de 01/08/2012, tendo em vista a legislação vigente.

Nota: A redação atual do inciso "I" do art. 1º foi dada pela Resolução nº 92/2020, de 15/12/2020, DOE de 31/12/2020, efeitos a partir de 31/12/2020.

Redação originária, efeitos até 30/12/2020:

"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de tecidos, laminados, polímeros e espumas, com prazo contado a partir do momento em que estiver operando no Regime Normal de Apuração do ICMS até 31 de dezembro de 2020."

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 24 de abril de 2012.

82ª Reunião Ordinária do Probahia

JAMES SILVA SANTOS CORREIA
Presidente